

# **AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR ASSOCIADO AO TRABALHO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS.**

Mayana Marques Coelho\*

Jordânia Castanheira Diniz\*\*

## **RESUMO**

Os agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate a endemias (ACE) se firmam como elo entre unidade de saúde e comunidade, sendo o principal apoio de práticas para promoção de saúde e prevenção de doenças, efetivando o modelo atual da Atenção Primária à saúde. Contudo, o processo de trabalho pode inferir na qualidade de vida, visto que, o trabalho na área da saúde reflete desgastes físicos, mentais e sociais, estes portanto, podem influenciar no comportamento e nas escolhas alimentares dos profissionais, ressaltando a necessidade de vigilância em saúde do trabalhador. Este estudo visa responder a seguinte questão norteadora: “Quais as influências do processo de trabalho no comportamento alimentar de ACS e ACE em municípios do interior de Minas Gerais”? O objetivo da pesquisa foi analisar quais as influências do processo de trabalho nos atos e atitudes decisivas para as práticas alimentares dos ACSs e ACEs. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abrangência quantitativa, de caráter descritivo. A pesquisa foi realizada com 36 agentes de saúde de ESFs em municípios do interior de Minas Gerais. Foi utilizado um questionário semiestruturado sobre qualidade de vida no trabalho e comportamento alimentar. Para análise dos dados foi realizado o teste estatísticos qui-quadrado. Apesar de ter sido observada algumas inadequações relacionadas a qualidade de vida e ingestão emocional dos participantes, não foi observada associação estatisticamente significativa entre as variáveis relacionadas a qualidade de vida no trabalho e comportamento alimentar.

**Palavras chaves: Agente Comunitário de Saúde. Agente de Combate a Endemias. Qualidade de Vida. Comportamento Alimentar.**

## **ABSTRACT**

The Community Health Agent (ACS) and Endemic Combat Agents (ACE) are established as a bond between the health unit and the community, being the main support for practices health promotion and disease prevention, making the current model effectiving attention primary health. However, work process, can infer in quality of life, since work in health area reflects physical, mental and social degenerations, therefore, it can influence the behavior and food choices of professionals, emphasizing the necessity for worker health surveillance. This study aims to answer the following guiding question: “What are the influences of work process on the eating behavior of community health agents and agents to combat endemic diseases in municipalities in Minas Gerais country ”? The objective of research was analyze what are the influences of work process in decisive acts and attitudes for ACSs and ACEs eating practices. It is a local research, with quantitative scope,of descriptive character. The research was carried out with 36 FHS health agents in municipalities in Minas Gerais country.A semi-structured questionnaire on quality of life at work and eating behavior was used. For data analysis, chi-square statistical test was performed. Although some inadequacies were observed related to the participants' quality of life and emotional intake, there wasn't statistically significant association between variables related to quality of life at work and eating behavior.

**Keywords: Community Health Agent. Agent to Combat Endemics. Quality of life. Eating Behavior**

---

\* Graduanda 8º Período de Nutrição - Faculdade Ciências da Vida – FCV

E-mail: mayanamarques@outlook.com

\*\*Mestre em Biotecnologia e Gestão da Inovação, docente Faculdade Ciências da Vida

E-mail: dinizjordania@yahoo.com.br

# 1 INTRODUÇÃO

O agente comunitário de Saúde (ACS) e o agente de combate a endemias (ACE) se firmam como a ligação entre a unidade e a sociedade, efetivando o atual modelo de Atenção Primária à Saúde (OLIVEIRA; FERREIRA, 2016; LOUREIRO *et al.*, 2017). São provedores de conhecimento por meio das suas ações, cooperando com o declínio do acometimento de doenças e com a propagação da promoção de saúde (OLIVEIRA; GARCIA, 2019). Com isso, encontram-se como o principal apoio de práticas de educação em saúde nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) (PINTO *et al.*, 2017). Contudo, a rotina de trabalho do ACE e do ACS revela em si algumas adversidades (RIQUINHO *et al.*, 2018; EVANGELISTA *et al.*, 2019).

O empenho para o crescimento profissional é um fator determinante para a vulnerabilidade da idade adulta acerca do transtorno de ansiedade (COSTA *et al.*, 2019). Por sua vez, os aspectos comportamentais e sociais são fatores determinantes para escolhas alimentares (BACKES *et al.*, 2019). Com isso, o perfil dos trabalhadores da saúde está associado a muitos agravos, onde as práticas comportamentais e os atributos laborativos foram concernentes ao excesso de peso (SIQUEIRA *et al.*, 2019). Não obstante, o âmbito trabalhista é capaz de interferir nos hábitos alimentares, assim como, o estilo de vida do mesmo pode inferir no aconselhamento ao paciente (HIDALGO *et al.*, 2016).

Para tanto, esse trabalho se justifica uma vez que, compreender as influências do processo de trabalho no comportamento alimentar dos ACSs e dos ACEs, reitera a construção de intervenções voltadas a eles, com intuito da promoção de hábitos alimentares saudáveis e na contraposição de distúrbios nutricionais, relacionado ao aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, tanto quanto, o fortalecimento do seu protagonismo diante da atuação como promotores da alimentação saudável e adequada (PONTES; CORDEIRO, 2018). Portanto, indaga-se: “Quais as influências do processo de trabalho no comportamento alimentar de ACSs e ACEs em municípios do interior de Minas Gerais”?

Para responder a seguinte questão norteadora, parte-se do pressuposto, que as atribuições desempenhadas por ACSs e ACEs, situam em diversas vezes sob condições inadequadas, ou ainda instáveis em exercê-las, situações como falta de privacidade, excesso de atividades propostas ou exigência para atender a demanda da comunidade. Estes fatores inferem portando, na sua qualidade de vida profissional, logo, desencadeia uma pressão no ambiente de trabalho, levando a uma sobrecarga de funções e conseqüentemente a um cansaço físico, mental

e a uma fragilidade psicológica, influenciando o seu estilo de vida, hábitos alimentares e interferindo no estado de saúde e ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

Com isso, trata-se como objetivo geral dessa pesquisa, analisar quais as influências do processo de trabalho nos atos e atitudes decisivas para as práticas alimentares dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram delineados: avaliar a qualidade de vida no trabalho, identificar os hábitos, atos e atitudes que definam a decisão para as práticas alimentares. Para tal, foi realizada uma pesquisa do tipo quantitativa, de natureza descritiva. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de campo, os dados foram coletados através de questionário semiestruturado online com agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias sendo analisados por meio de análise estatística descritiva.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E O AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS**

Desenvolvida com o desígnio de estar mais próxima aos usuários, a Política Nacional de Atenção Básica integra parte da consolidação do SUS no Brasil, sendo a porta de entrada da Rede de Atenção à Saúde. Para isso, as Unidades Básicas de Saúde foram implantadas, assim sendo, compostas por uma rede de multiprofissionais, incorporando os agentes comunitários de saúde (ACS), (PNAB, 2012). Este profissional se destaca ao contribuir com o firmamento da Atenção Básica (AB) exercendo elevada cobertura em atendimento (POÇAS; FREITAS; DUARTE, 2017), os ACSs vem colaborando com uma Atenção Primária à Saúde (APS) mais ampla e alinhada desde 1991, onde se integraram ao SUS, através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) (MOROSINI; FONSECA, 2018).

Logo, criada pelo Ministério da Saúde, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), apresenta como compromisso e encargo promover a vigilância e evitar agravos de doenças não transmissíveis, para isto, princípio imprescindível nas Estratégias de Saúde em Família, foi à agregação dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) (OLIVEIRA; MARQUES;

FIGUEIREDO, 2016). Estes, são os protagonistas no combate as arboviroses (EVANGELISTA et al., 2019). Potencializando assim, junto as Estratégias em Saúde da família as ações de vigilância em saúde (PESSOA *et al.*, 2016).

Para tanto, faz parte de suas incumbências uma visão criteriosa para identificação de doenças e vetores, além da coleta e aplicação de pesticidas, sendo fundamental o desdobramento de dinâmicas que impliquem em vigilância em saúde (CANDIDO; FERREIRA, 2017). Orientação à população sobre os principais riscos e implicâncias ao bem-estar que os agentes transmissores exercem, o estímulo às boas práticas de preservação ambiental voltadas ao controle desses vetores e o relato das intercorrências de fatores ecossistêmicos que agravem o processo de doença, são ainda atribuições dos ACEs, sendo primordial a interação com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para promoção das práticas de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

O agente comunitário de saúde (ACS), por sua vez, atua em um papel fundamental de vínculo com a população, sendo um dos principais apoios de práticas de educação em saúde, possui individualidades como trabalhador e morador da comunidade, consolidando o vínculo e ampliando os meios de cuidados a saúde da comunidade (PINTO *et al.*, 2017). Além disso, os ACSs e ACEs contribuem igualmente, com a vitalidade da população, ao atuarem como provedores de conhecimento através de suas ações, visto que, as mesmas cooperam com a propagação da promoção de saúde e queda do acometimento de doenças (OLIVEIRA; GARCIA, 2019; ALMEIDA; CAVALCANTE; MIRANDA, 2020).

Logo, a fim de que, práticas com o intento de educação em saúde aconteça, o ACS recorre a um dos seus principais meios de trabalho, a visita domiciliar, visto que, essa é realizada mensalmente às famílias pertencentes à área de abrangência respectiva de cada agente comunitário de saúde (SANTANA; BURLANDY; MATTOS, 2019). Reuniões de equipe, com atributo organizacional, bem como, o seguimento de atualização, cadastramentos e assistência aos grupos vulneráveis, compõem por fim o cotidiano laboral do ACS (GARCIA *et al.*, 2017).

Trazendo em comum a visita domiciliar como principal âmbito de trabalho, a agregação das funções desempenhadas e a união das responsabilidades exercidas por Agente comunitário de Saúde e o Agente de controle de Endemias é um importante aliado que favorece a rede de atenção à população, promovendo de forma similar a promoção a saúde e a intervenção em agravos de saúde/doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Portanto a integração do ACE nas estratégias de saúde em família, é um fator promissor que potencializa as ações de promoção a saúde (OLIVEIRA; MARQUES; FIGUEIREDO, 2016).

## 2.2 O AGENTE DE SAÚDE E O AGENTE DE ENDEMIAS EM SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Condições em que o ambiente físico é considerado desconfortável ou precário, não equivalem ao desejável pelos trabalhadores uma vez que oferecem riscos saúde e influenciam na qualidade do trabalho (BENDER *et al.*, 2016). Promover a segurança laboral ao servidor, assim como, autonomia e participações em decisões institucionais, são importantes aliados a fim de redução dos riscos psicossociais. Ressalta-se ainda que, para o favorecimento de um ambiente ocupacional saudável, é imprescindível um comportamento cordial por meio da chefia (FERNANDES; PEREIRA, 2016).

Desse modo, a separação das relações entre a equipe de trabalho é um desafio, a percepção da baixa inclusão e escuta do ACS e do ACE dentro do grupo, permite que esse profissional sinta suas ações desvalorizadas. Logo, destacam a sobreposição dos saberes técnicos aos populares, essas diferenças impostas entre hierarquias institucionais e trabalhistas, estremera a potencialização das suas ações no campo. (MACIAZEKI-GOMES *et al.*, 2016; EVANGELISTA *et al.*, 2019). Portanto, a maneira em que a equipe demonstra ou que sustenta a diferença entre os tipos de saberes, implica no nível de reconhecimento dos agentes, assim como, a desunião pode interferir na organização durante o expediente (GUANAES-LORENZI; PINHEIRO, 2016; NASCIMENTO *et al.*, 2017).

Ao exercerem suas atividades fora da unidade de saúde, pautada nas visitas domiciliares, tanto ACS's quanto ACE's expõem-se a inúmeras situações ambientais e sociais, que vem a acometer o desempenho de suas funções, como alterações climáticas e inseguranças quanto a violências (BENDER *et al.*, 2016; MATOSA, 2020). Logo, comprometem não só a qualidade do serviço mas também a saúde do agente (SANTOS; HOPPE; KRUG, 2018). Grande demanda sob o sol e intensa jornada, é capaz de tornar esse processo extenuante (CANDIDO; FERREIRA, 2017). O tráfego de drogas é uma das condições que inibem o trabalho do ACS, ocasionando tanto medo, quanto empecilho para realização do mesmo (SANTOS; ARAÚJO, 2017). São contudo riscos psicossociais, a violência pelo qual estão expostos. (MATOSA; SILVA; SILVEIRA, 2020).

Outra dificuldade no desenvolvimento do trabalho do ACS é a interface entre trabalhar na comunidade em que se reside, ao desempenhar essa duplicidade, não ocorre a distinção entre trabalhar e morar, eles, continuam sendo requisitados mesmo após ao horário de trabalho, implicando em sofrimento psicológico, além de, instabilidade quanto a sua segurança (RIQUINHO *et al.*, 2018). Outrossim, o não desligamento do ofício do agente comunitário evidencia-se como um fator negativo e outorga que a sua credibilidade está relacionada frente a resposta dos problemas apresentados pela comunidade, o que em múltiplas vezes diverge da autonomia do agente (GUANAES-LORENZI; PINHEIRO, 2016), logo, algumas práticas do dia a dia, como o lazer, torna-se um gargalo e a falta de privacidade desses servidores coíbe o seu conforto (SANTANA; BURLANDY; MATTOS, 2019).

### 2.3 VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

O desenvolvimento de intervenções eficazes voltadas a um ambiente laboral com maior qualidade de vida é capaz de minimizar doenças relacionadas aos aspectos físicos ou mentais ocasionados pelo mesmo. Contudo, torna-se necessário o aumento de programas, onde visam à promoção de saúde e capacidade de trabalho (HIPÓLITO *et al.*, 2017). Os processos de trabalho dentro da área de saúde traduzem diversos desgastes pelos quais os profissionais estão expostos, refletindo sobre a sua vitalidade, psicológica e física, estes, tem potencial para contribuir como o agravamento de doenças, salientando a primordialidade de vigilância em saúde do trabalhador (SANTANA *et al.*, 2016).

Por sua vez, os aspectos comportamentais e sociais são fatores determinantes para escolhas alimentares (BACKES *et al.*, 2019). Logo posto, situações psíquicas de estresse, podem ocasionar escolhas alimentares baseadas em fatores emocionais (PENAFORTE; MATTA; JAPUR, 2016). Outrora, Costa *et al.*, (2019), ressalta que os quadros psiquiátricos podem ser causas incisivas para obesidade. Com isso, demonstra-se a influência do âmbito laborativo, onde, trabalhadores expostos a extensas jornadas, sem pausas para descansar, denotam maior taxa de sobrepeso, visto que, as mesmas são imprescindíveis para recuperação da capacidade física e mental (FREITAS *et al.*, 2016).

Além disso, o nível do estado nutricional expõe-se ao acometimento por razões ocupacionais como, cargo exercido, status, horário e demanda do serviço imposta aos

trabalhadores, denotando maior taxa de sobrepeso, sendo, portanto, fundamental o desenvolvimento de ações para promoção a saúde no ambiente de trabalho, tendo em vista intervenções no qual considerem as dimensões das condições do emprego (CHIN; NAM; LEE, 2016, FREITAS *et al.*, 2016). Diante disso, a nutrição tem aptidão de exercer papel significativo na área de saúde, proporcionando um padrão de consumo alimentar benéfico, posto que, hábitos alimentares mais saudáveis reduzem o risco de doenças crônicas associadas à alimentação (NEUHOUSER, 2018).

Torna-se uma estratégia onde dispõe a melhoria nos comportamentos promotores de saúde, o estilo de vida saudável dos profissionais de saúde do âmbito, cuidadores (PROFIS; SIMON-TURVAL, 2016). É necessário que, enfermeiros, médicos, ACSs e ACEs, como profissionais de saúde, melhorarem o estilo de vida e hábitos pertinentes ao mesmo, para que além de si, sintam-se mais preparados no atendimento ao outro (HIDALGO *et al.*, 2016). Contudo, as condições de trabalho, precisam estar apropriadas para que, profissionais de saúde estejam aptos em atender as demandas dos usuários (TAMBASCO *et al.*, 2017). Logo, para que consigam contribuir com adequação em saúde da população e exerçam a função de cuidadores nessa relação, é necessário ampliações organizacionais em ambientes e nos processos laborais de profissionais da rede SUS, investimentos esses, sendo plausíveis pela gestão pública (FONSECA *et al.*, 2019).

## 2.4 PADRÕES E HÁBITOS ALIMENTARES

Os padrões alimentares estão passando por um contínuo processo de transição, que envolve, aumento de consumo dos alimentos ultraprocessados e diminuição simultânea de uma refeição baseada em alimentos in natura (BRASIL, 2014). O predomínio de consumo dos ultraprocessados pelos brasileiros é um fator preocupante (VALE *et al.*, 2019). Isto posto, os hábitos alimentares que estão se potencializando, torna-se um fator de risco e propicia o progresso de um perfil marcado em disfunções nutricionais (FURTADO *et al.*, 2019).

A pesquisa de inquérito telefônico realizada no Brasil através do Ministério da Saúde em 2016 registra a periodicidade do excesso de peso em adultos, oscilando entre 47% a 60% (VIGITEL, 2017). Vale ressaltar que, as multifaces e complexidade são inerentes aos fatores que possibilitam o ganho de peso, contudo os ambientes de trabalho podem inferir diretamente

para o acontecimento do mesmo (ARAÚJO; AGUIAR; FONSECA, 2019). Os aspectos laborais, os hábitos alimentares e de vida, foram relacionados ao excesso de peso, visto que, foi conferida alta prevalência de sobrepeso e obesidade entre profissionais das Estratégias de Saúde da Família, segundo Siqueira *et al.*, (2019). Outrora, o âmbito ocupacional pode interferir nos hábitos de vida dos trabalhadores da saúde, assim como o estilo de vida do mesmo pode interferir no aconselhamento ao paciente (HIDALGO *et al.*, 2016).

Por isso, inúmeros fatores podem influenciar o padrão de consumo alimentar da população, sendo importante destacar que, a alimentação, inclui a preparação, combinação de alimentos e as proporções sociais e culturais dos costumes alimentares, indo portanto, além da composição dos macro e micronutrientes (BRASIL, 2014). Para tal, atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) precisam ser realizadas, de forma a abranger diversas áreas e campos de prática, sendo o ambiente de trabalho um deles (OPAS, 2017). A EAN, é um seguimento de educação permanente, devendo se fazer presente ao longo da vida com intuito de responder as necessidades dos indivíduos, uma vez que, a informação permite reconhecer as alternativas associadas ao comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Para que se adeque a uma alimentação saudável, torna-se significativo compreender que as escolhas tem multifatores que interferem na mesma (BRASIL, 2014). Com isso, a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) deve ser considerada, pois é uma das vertentes que visa tanto bem-estar quanto saúde da população, ao incentivarem ambientes promotores da alimentação nutricionalmente balanceada, auxiliando na intervenção sobre fatores pertinentes de saúde, cooperando para o declínio do excesso de peso e das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) associadas, por intermédio da autonomia dos indivíduos em escolhas benéficas e ambientes laborais que ofereçam alimentos saudáveis (PNAN, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

Esse estudo trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo quantitativa, (MARCONI, 2003), de natureza descritiva, que tem como propósito estudar as particularidades de um grupo e analisar as possíveis associações entre as variáveis (GIL, 2002). Para tal, foi realizada por meio da Atenção Primária à Saúde (APS) em municípios do interior de Minas Gerais. As informações foram coletados no período de Outubro de 2020, visto que, os critérios de inclusão englobaram, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE),

que consentiram em participar da pesquisa através do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e preencheram corretamente o formulário.

O processo de escolha dos municípios se deu de forma aleatória e visou à autorização dos coordenadores da Atenção Primária, foram convidadas a participar da pesquisa as cidades de Sete Lagoas, Baldim, Matozinhos, Cordisburgo, Pedro Leopoldo, Inhaúma, Prudente de Moraes e Pompéu, porém, apenas 3 deram retorno positivo de sua participação, devido aos protocolos e normas de segurança em decorrência a Pandemia da Covid-19. Sendo assim, foram inclusas as cidades de Inhaúma o qual possui, 6. 312 habitantes, 3 ESF, 17 ACS e 5 ACE, Prudente de Moraes com 4 ESF, 24 ACS e 6 ACE, logo após, Pompéu, que se difere um pouco tendo uma capacidade populacional de atendimento maior, sendo 32.305 habitantes e congruente 9 ESF, 7 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 45 ACS e 14 ACE, essas aproximações foram essenciais para consistência das respostas e para que quaisquer diferenças entre demandas demográficas fossem descartadas como influência nos dados.

Para tanto, a pesquisa foi realizada de modo online. Para isso, empregou-se como ferramenta a plataforma *Google forms*<sup>®</sup>, um formulário online que permite a coleta de dados de pesquisas, este link foi distribuído por via *Whatsapp*<sup>®</sup> para as Coordenadoras da Atenção Primária à Saúde das cidades inclusas, sendo que as essas direcionaram para os participantes da pesquisa. Como instrumento foi utilizado um questionário fechado, divididos em 3 subseções sendo a primeira composta pelos dados sociodemográficos dos participantes, assim como, pelo local de trabalho e seu respectivo cargo.

Não obstante, com intuito de avaliar o comportamento alimentar, a segunda sessão foi composta por uma versão abreviada do Questionário Holândes do Comportamento Alimentar (QHCA) Sinde e Viana (2003), este aborda sobre o comportamento por 3 escalas, ingestão emocional, restrição alimentar e ingestão externa, dos 33 itens existentes no QHCA, foram selecionadas 8 perguntas sobre ingestão emocional, com objetivo dos participantes avaliarem atos e atitudes que influenciam seu comportamento alimentar.

Logo, para compreender o processo e qualidade de vida no trabalho, o questionário contou com uma terceira sessão, elaborada a partir de uma versão abreviada do questionário, Quality of Working Life Questionnaire (QWLQ-78), validado e adaptado por (REIS JÚNIOR, 2008), que aborda quatro domínios, físicos/saúde, psicológico, pessoal e profissional. O criador, utilizou como referência estrutural na construção de sua pesquisa o WHOQOL-100 da Organização Mundial da Saúde (OMS), desenvolvido na versão em português por (FLECK *et al.*, 1999). Desse modo, foram selecionadas 10 perguntas que se relacionam com a base de

dados literária dessa pesquisa sobre qualidade de vida no trabalho e possibilitaram a auto percepção dos participantes.

Após a coleta foi criado um banco de dados através do programa *Excel* (2013)®. Para a análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico *Statistical Software for Professional* (Stata), versão 14.0. Realizou-se a descrição da população de estudo e as estimativas foram apresentadas em proporções (%), com Intervalo de Confiança (IC 95%). Além disso, realizou-se o teste qui-quadrado ou exato de fisher para verificar diferenças em proporções para as variáveis estudadas.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O universo amostral foi constituído por 36 agentes. De acordo com os dados apresentados, se destaca no perfil participante, do sexo feminino, (28) 77,78%, sendo que (8) 22,2% restantes são do sexo masculino. Na Tabela 1 estão descritos o perfil sociodemográfico da amostrada coletada.

**Tabela 1:** Perfil sociodemográfico de ACSs e ACEs de municípios do interior de Minas Gerais, 2020 (n=36)

	n(%)	IC95%	p-valor <sup>1</sup>
<b>Idade</b>			
18 a 24	10(27,78)	15,16 – 45,27	
25 a 35	13(36,11)	21,67 – 53,59	
36 a 50	13(36,11)	21,67 – 53,59	
<b>Estado civil</b>			
Solteiro	19(52,78)	35,98 – 68,95	
Casado	13(36,11)	21,67 – 53,59	
Divorciado	4(11,11)	04,02 – 27,13	
<b>Sexo</b>			
Feminino	28(77,78)	60,52 – 88,87	<b>0,044</b>
Masculino	8(22,22)	11,12 – 39,47	
<b>Cargo de trabalho</b>			
Agente comunitário de saúde	31(86,11)	69,68 – 94,35	0,262
Agente de combate a endemias	5(13,89)	05,64 – 30,31	
<b>Cidade</b>			
Inhauma	12(33,33)	19,44 – 50,86	
Prudente de Morais	21(58,33)	41,10 – 73,74	
Pompeu	3(8,33)	02,55 – 23,93	

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020.

**Nota:** IC95% = Intervalo de confiança de 95%.

Segundo os estudos de, De Souza *et al.* (2020), 82,7% dos ACSs eram do sexo feminino, esse resultado também foi semelhante em outras pesquisas, 89,3% Alcântara (2016), 93,5% Pontes e Cordeiro (2018), 82,5% Dantas *et al.* (2020). O perfil feminino encontrado em grande parte das pesquisas pode estar correlacionado aos aspectos e funções exercidas, sendo associada a melhor destreza no desenvolvimento de atividades que requerem um perfil de empatia e cuidado com a população em geral. (NISHARA *et al.*, 2018).

Quanto as profissões exercidas, maioritariamente (31) 86,11% dos participantes foram Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Esse fator está relacionado devido as cidades possuírem uma maior número de Agentes de Saúde (86) no total da amostra estudada e (25) Agentes de combate a Endemias. Quanto ao estado conjugal, (19) 52,8 % dos entrevistados estão solteiros, essa condição coincide com a pesquisa de Tambasco *et al.* (2017), onde a maioria dos participantes de sua pesquisa com profissionais da saúde também eram solteiros.

Na Tabela 2, está representada a análise descritiva dos fatores associados a qualidade de vida no trabalho.

**Tabela 2:** Análise descritiva dos fatores associados a qualidade de vida no trabalho em agentes comunitários e endemias no interior de Minas Gerais., 2020 (n=36)

	n(%)	IC95%	p-valor <sup>1</sup>
<b>Como você avalia sua carga de trabalho</b>			
Adequado	2(5,56)	01,29 – 20,83	0,890
Acima do adequado	34(94,44)	79,16 – 98,70	
<b>Em que medida algum sentimento negativo (tristeza, desespero) interfere no seu trabalho?</b>			
Pouco interfere	19(52,78)	01,29 – 20,83	0,216
Interfere/interfere muito	17(47,22)	79,16 – 98,70	
<b>Em que medida você avalia sua motivação para trabalhar?</b>			
Inadequado	2(5,56)	01,29 – 20,83	0,890
Adequado	34(94,44)	79,16 – 98,70	
<b>Como você avalia a igualdade de tratamento entre os funcionários?</b>			
Inadequada	9(25,00)	13,11 – 42,40	0,05
Adequada	27(75,00)	57,59 – 86,88	
<b>Como você avalia sua privacidade no trabalho?</b>			
Inadequado	6(16,67)	07,37 – 33,43	0,310
Adequado	30(83,33)	66,56 – 92,62	

**Como você avalia a qualidade da sua relação com seus superiores e/ou subordinados?**

Inadequado	-	-
Adequado	36(100,00)	-

**Como você avalia a segurança no ambiente de trabalho**

Inadequada	6(16,67)	07,37 – 33,43	0,310
Adequada	30(83,33)	66,56 – 92,62	

**Ao final da jornada, o quanto você se sente cansado (a)**

Aceitável	1(2,78)	00,35 – 18,73	0,944
Não aceitável	35(97,22)	81,26 – 99,64	

**Você se sente satisfeito(a) com a variedade das tarefas que realiza?**

Inadequado	3(8,33)	02,55 – 23,93	0,838
Adequado	33(91,67)	07,60 – 97,44	

**O quanto você está satisfeito (a) com a sua qualidade de vida no trabalho?**

Inadequado	2(5,56)	01,29 – 20,83
Adequado	34(94,44)	79,16 – 98,70

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020.

**Nota:** <sup>1</sup> X<sup>2</sup> ou Fisher ;IC95%= Intervalo de confiança de 95%.

A relação satisfatória dos ACSs e ACEs com seus superiores ou subordinados, pode ser congruente ao reconhecimento profissional. Silva, *et al.* (2019), aborda em seu estudo de revisão a importância do reconhecimento das funcionalidades do ACS por parte da administração responsável, visto que, isso contribui para melhor qualidade do exercício das funções, bem como para a satisfação ocupacional e qualidade de vida desse servidor. Além disso, a motivação pode ser uma resposta da relação saudável entre os mesmos, a pesquisa de Paiva *et al.* (2017), que demonstrou 36,6 % de satisfação mediana e 39% satisfatória e enfatiza que o reconhecimento da relevância do trabalho do servidor e o nível de condecoração sobre seus resultados inferem na maior probabilidade de motivação. Esse resultado corrobora com o desta pesquisa, dado (34) 94,44% de adequação em motivação.

Ao avaliar a igualdade de tratamento entre os funcionários, percebesse na literatura contrariedade aos resultados dessa pesquisa. Matos *et al.* (2020), salienta relatos de ACEs, de supressão nas equipes e do reconhecimento profissional do mesmo, além da distinção de tratamento, sendo fator de sofrimento e fazendo com que estes não se sintam membros da equipe de saúde. Assim como, se tratando da privacidade pessoal no setor de trabalho, Riquinho *et al.* (2018), demonstra que a privacidade é fator preocupante para os ACSs, que mostraram-se inseguros ou instáveis ao atenderem os seguimentos das demandas pós horário de trabalho, causando ainda constrangimento devido a condição de trabalhar onde se reside. Contudo,

observa-se na Tabela 2, que ambas variáveis, foram apontadas como adequadas, diferindo dos resultados acima.

Alcântara, (2016), destaca que cerca de 80% dos ACS já receberam algum tipo de insulto proferido por usuários do sistema único de saúde, a violência foi ainda reconhecida com um dos principais riscos de trabalhos por ACEs do município de Belo Horizonte- MG no estudo de Matos *et al.* (2020). Não obstante, Nisihara *et al.* (2018), relata que tanto ACS quando ACE dos municípios estudados em sua pesquisa já foram agredidos verbalmente. Porém, esses estudos distinguem-se dos achados nessa pesquisa, onde (30) 83,3% dos participantes consideram a segurança laboral adequada.

Todavia, em outro estudo de Santos *et al.* (2017), um dos motivos de satisfação no ambiente laboral dos ACS é o vínculo com a sociedade, efetuando seu papel de cuidador devido a relação de confiança criada, expressa portanto, a importância da sua atribuição como educador em saúde. Logo, a pesquisa de Pinto *et al.* (2017) emerge diálogos de satisfação da comunidade com os agentes, sendo referenciados como acolhedores, com atuação de proximidade e protagonismo em meio a sociedade. Portanto essa relação, pode ser um fator que representa o nível de segurança e privacidade demonstrado nessa pesquisa, sendo que a boa relação com a comunidade é essencial para que essas variáveis sejam adequadas.

Essa pesquisa obteve uma aceitação quanto as tarefas exercidas, esse resultado diverge dos estudos de Alcântara, (2016), visto que, foi encontrada uma relação significativa entre as tarefas e demanda psicológica, sendo essa relação associada com a alta exigência psíquica dos serviços nos setores de saúde que convertem-se em pressão e contato contínuo com situações de estresse. Fator semelhante foi encontrada na pesquisa de Silva *et al.* (2019), onde certas atribuições fogem do protocolados em normas, sendo cargas extras sofridas e exaustivas.

Todavia, segundo Barbosa (2016), um dos critérios do modelo Walton, sobre qualidade de vida no trabalho, são as condições de trabalho adequadas, visto que para que ocorram, necessitam de espaços físicos seguros e jornada de trabalho coerente e sensata. Logo, se tratando da carga horária exercida, a mesma foi classificada nessa pesquisa como acima do adequado (34) 94,44%. Apesar disso, não houve associação estatística entre carga horária ( $p=0,890$ ) e qualidade de vida no trabalho, tal como, não houve relação entre carga horária e cansaço ao final da jornada ( $p=944$ ).

De acordo com dados coletados em uma entrevista de Nascimento *et al.* (2017), realizada com ACS de Estratégias em Saúde da família, um dos principais meios de trabalho desses profissionais, a visita domiciliar, é realizada por um dos recursos básicos e essenciais

para exercício dessa atribuição, a caminhada, executadas ainda em longos percursos, constatando em muitos a exaustão física, vale enfatizar que na pesquisa de Alcântara (2016), 98% dos ACS apontaram esse deslocamento como maior parte do esforço físico, logo, nos estudos de Cândido e Ferreira (2017), o desgaste ergonômico também foi caracterizado, visto que o ACE, percorre suas visitas portados de pesos referentes a suas ferramentas de trabalho, gerando extenuações tangíveis. Essas situações podem estar relacionadas aos números encontrados nesse estudo, onde (35) 97,2% reportaram inadequado a exaustão física após a jornada laboral.

Contudo, a qualidade de vida foi considerada satisfatória, visto que 94,4% dos agentes a consideraram como adequada. Esse resultado corrobora com os dados de Chirolí *et al.* (2018), no qual ocorreu com profissionais da área da saúde, sendo a qualidade de vida dos profissionais classificada como satisfatória, demonstrado uma média de 61,76%. Dado isso, Farsen *et al.* (2018), destaca que a qualidade de vida cinge todos os aspectos referente a incentivos, motivação, relacionamento satisfatórios entre chefia, equipe, além das condições apropriadas de trabalho, dado que a satisfação plena envolve todas as particularidades físicas, mentais e sociais.

A variável qualidade de vida foi associada ao gênero ( $p= 0,044$ ). Observa-se maiores proporções de indivíduos do sexo feminino com a qualidade de vida no trabalho adequada se comparados aos indivíduos do sexo masculino. Todavia, não houve relação estatística entre outras variáveis.

Na tabela 3, está demonstrada a análise descritiva dos fatores associados ao comportamento alimentar.

**Tabela 3:** Análise descritiva dos fatores associados ao comportamento alimentar de agentes comunitários e endemias no interior de Minas Gerais., 2020 (n=36)

	n(%)	IC95%	p-valor <sup>1</sup>
<b>Tem desejo de comer quando se sente deprimido (a) ou desanimado (a)?</b>			
Nenhum ou pouco	17(47,22)	31,03 – 64,01	0,729
Desejo ou muito desejo	19(52,78)	35,98 – 68,96	
<b>Sente desejo de comer quando alguém o deixa “para baixo” ?</b>			
Nenhum ou pouco	20(55,56)	38,52 – 71,37	0,698
Desejo ou muito desejo	16(44,44)	28,62 – 61,47	
<b>Tem desejo de comer quando se sente amedrontado?</b>			
Nenhum ou pouco	32(88,89)	72,86 – 95,97	0,787
Desejo ou muito desejo	4(11,11)	04,02 – 27,13	

**Sente desejo de comer quando as coisas lhe correm mal ou não lhe correm como de costume ?**

Nenhum ou pouco	19(52,78)	35,98 – 68,96	0,729
Desejo ou muito desejo	17(47,22)	31,03 – 64,01	

**Tem desejo de comer quando se sente ansioso (a), preocupado (a) ou tenso (a)**

Nenhum ou pouco	14(38,89)	23,93 – 56,26	0,633
Desejo ou muito desejo	22(61,11)	43,73 – 76,05	

**Sente desejo de comer quando as coisas não estão indo bem?**

Nenhum ou pouco	22(61,11)	43,73 – 76,05	0,657
Desejo ou muito desejo	14(38,89)	23,94 – 56,26	

**Tem desejo de comer quando se sente impaciente**

Nenhum ou pouco	21(58,33)	41,10 – 73,74	0,677
Desejo ou muito desejo	15(41,67)	26,25 – 58,89	

**Tem desejo de comer quando se sente desapontado (a) ou desiludido (a)**

Nenhum ou pouco	22(61,11)	43,73 – 76,05	0,633
Desejo ou muito desejo	14(38,89)	23,94 – 56,26	

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020.

**Nota:** <sup>1</sup> X<sup>2</sup> ou Fisher IC95%= Intervalo de confiança de 95%.

Segundo os resultados encontrados nessa pesquisa, (19) 52% dos participantes relataram desejo de comer quando deprimidos ou desanimados. Isto posto, Souza *et al.* (2020), salienta que essa ingestão abrange fatores mais intrínsecos que apenas o consumo alimentar, incorpora sentimentos e emoções pelo qual podem determinar as escolhas alimentares, dado isso, em sua pesquisa, a ingestão por contentamento ou aflição foi associada, além do esgotamento psíquico relacionado a rotina laboral, e conseqüente comportamento de risco alimentar, sendo este fator contribuinte para o sobrepeso e obesidade, outrora, os horários de trabalho podem influir nos hábitos alimentares, entretanto, não houve relação estatística significativa entre carga horária ( $p=0,890$ ) e desejo de comer quando deprimidos ou desanimados ( $p= 0,729$ ).

Em um estudo de Klobukoski e Höfelmann (2017), foi observada maior frequência de excesso de peso em mulheres do que nos homens, logo, ressalta que essa condição pode se corroborar com o fato das mulheres serem mais predispostas a alterações de humor e propensas a transtornos de ansiedade e este ser desencadeador congruente a compulsões alimentares e sobrepeso. Se tratando de fatores de riscos para transtornos alimentares a revisão de Monteiro (2020), da enfoque sobre diferenças entre os gêneros, sendo que as mulheres saudáveis, associaram a compulsão alimentar ao estado emocional e compensatório. Nesse estudo (22)

61,11% dos participantes relataram desejo de comer quando se sentem ansiosos, todavia, a ansiedade ( $p= 0,633$ ), não obteve associação com o gênero segundo o teste de Fisher.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo buscou avaliar quais as influências do trabalho no comportamento alimentar de ACSs e ACEs, todavia, não foi observada associação estatisticamente significativa entre variáveis relacionadas à qualidade de vida no trabalho e comportamento alimentar desses profissionais. Contudo, foram verificadas alterações em ambas variáveis que remetem a atenção e vigilância em saúde do trabalhador, para que, esses profissionais estejam em condições físicas, mentais e sociais saudáveis, sendo, portanto, fundamental um ambiente laboral promotor de alimentação nutricionalmente balanceada, onde práticas de Educação alimentar e Nutricional (EAN) sejam realizadas e a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) incentivadas, contribuindo para a primordialidade em saúde do cuidador e reforçando o cuidado com o outro.

Essa pesquisa possui como limitações o tamanho amostral, o tempo de pesquisa para a coleta de dados, instrumentos utilizados e o tamanho da população nas cidades realizadas. Sendo assim, sugere-se para os futuros trabalhos a abrangência de um público maior e a inclusão de outros municípios e métodos de avaliação de consumo alimentar e estado nutricional. O presente trabalho, compreende como contribuição a importância de avaliar como a qualidade de vida no trabalho podem influir os indivíduos em seu cotidiano, hábitos e comportamentos alimentares, enfatizando a relevância da implementação de práticas de prevenção de doenças, promoção à saúde e autonomia do trabalhador.

## **REFERÊNCIAS:**

ALCÂNTARA, Marcus A; ASSUNÇÃO, Ada A. Influência da organização do trabalho sobre a prevalência de transtornos mentais comuns dos agentes comunitários de saúde de Belo

Horizonte. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. v. 41, n. 2, 2016 DOI:  
<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000106014>.

ALMEIDA, Wêslley N M.; CALVACANTE, Luisa M.; MIRANDA, Tarsila K. S. Educação permanente como ferramenta de integração entre agentes de saúde e de endemias. *Revista Brasileira de Promoção em Saúde*, v. 33, 2020.  
DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10266>

ARAÚJO, Taissa P.; AGUIAR, Odaleia B.; FONSECA, Maria de Jesus M. Incidência de ganho de peso em trabalhadores de um hospital: análise de sobrevivência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 10, set/out. 2019. Disponível em:  
<<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n10/3847-3856/pt/>>. Acesso em 15 abr. 2020.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182410.03412018>

BACKES, Vanessa. *et al.* Intervenção em alimentação e nutrição com militares para incentivo a mudanças de comportamento alimentar: relato de experiência. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 7, n. 2, jun. 2019. Disponível em:  
<[https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude\\_desenvolvimento/article/view/5529](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/5529)>.  
Acesso em: 08 mai. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/sdh.v7i2.5529>

BARBOSA, Carla V. Qualidade de vida no trabalho. **Interatividade**, v.4, n.1, Andradina, SP, 1º sem. 2016.

BENDER, Karin G. *et al.* Condições e modificações no processo de trabalho: concepções de Agentes Comunitários de Saúde. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <  
<https://pdfs.semanticscholar.org/75f0/18e573d4e6f47b2d378eb31b0714de350739.pdf>>.  
Acesso em: 22 mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rjp.v6i2.7283>

BRASIL, Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Volume 1: Arboviroses Transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/marco\\_EAN.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf)>.  
Acesso em: 08 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: 2014. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CANDIDO, Antônio S.; FERREIRA, Renato J. Riscos à Saúde e à Segurança no Trabalho do Agente de Combate as Endemias do Município de Campos Sales, Ceará, Brasil. **Ensaio e Ciências**, Ceará, v. 21, n.1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2017v21n1p52-57>.

CHIN, Dal Lae.; NAM, Soohyun.; LEE, Soo-Jeong. Occupational factors associated with obesity and leisure-time physical activity among nurses: a cross sectional study. **International Journal of Nursing Studies**, v. 58, mai. 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4871118/>>. Acesso em: 07 mai. 2020. DOI: 10.1016/j.ijnurstu.2016.01.009.

CHIROLI, Daiane M G. *et al.* Identificação da qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho de profissionais da área de saúde: Estudo de caso em uma Unidade Básica de Saúde do Município de Ponta Grossa. **Revista Uningá**, v. 55, n. 1, p. 177-194, Maringá, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/121>. Acesso em: 28 out. 2020.

COSTA, Camila O. *et al.* Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, abr/jun. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852019000200092](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852019000200092)>. Acesso em: 02 mai. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000232>

DANTAS, Amanda A G D *et al.* Condições de Saúde e Estado Nutricional de Agentes Comunitários de Saúde no interior do Nordeste Brasileiro. **Revista Ciência Plural**. V. 6, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/17157>> Acesso em: 22 out. 2020.

DA SILVA, Liniker S R. *et al.* Agentes comunitários de saúde: a síndrome de burnout em discussão. **Brazilian Journal of health Review**. v. 2, n. 1, p. 624-643, Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/1189/1042>>. Acesso em: 21 out. 2020.

DE SOUZA, Fabiana S. *et al.* Agentes comunitários de saúde: sua qualidade de vida e seus riscos ocupacionais. **Research, Society and Development**, v. 9, n.9, 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7030>.

EVANGELISTA, Janete G. *et al.* Agentes de Combate às Endemias: Construção de identidades profissionais no controle da dengue. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, nov/ 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00173>

FARSEN, Thaís C. *et al.* Qualidade de vida, Bem-estar e Felicidade no Trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 01, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/48288>>. Acesso em: 22 Out. 2020.

FERNANDES, Cláudia.; PEREIRA, Anabela. Exposição a fatores de risco psicossocial em contexto de trabalho: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 24, mai. 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872016050006129.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872016050006129.pdf)>. Acesso em: 16 abri. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006129>.

FLECK, Marcelo P. A. *et al.* **Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)**. Revista Brasileira de psiquiatria 21 (1): p. 1928, 1999.

FONSECA, Betânia M. C.; BRAGA, Ana Maria C. B.; DIAS, Elizabeth C. Planejamento de intervenções em Saúde do Trabalhador no território: uma experiência participativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 44, dez. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572019000100309&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572019000100309&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 16 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000015018>

FREITAS, Patrícia P. *et al.* Excesso de peso e ambiente de trabalho no setor público municipal. **Revista de nutrição**, v. 29, n. 4, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732016000400519&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732016000400519&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 22 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-98652016000400007>.

FURTADO, Ariandeny S S. *et al.* Vigilância alimentar e nutricional no ambiente institucional: uma revisão narrativa. **Tecnia, revista de educação, ciência e tecnologia do IFG**, v. 3, n. 2, p. 145-166, jun. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/213/97>>. Acesso em: 08 mai. 2020

GARCIA, Ana Cláudia P. *et al.* Agente comunitário de Saúde no Espírito Santos: Do perfil às atividades desenvolvidas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, jan/abr. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462016005004102&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462016005004102&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 04 abri. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00039>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUANAES-LORENZI, Carla; PINHEIRO, Ricardo Lana. A (des)valorização do agente comunitário de saúde na Estratégia Saúde da Família. **Ciência e saúde coletiva**, v. 21, n. 8, pp. 2537-2546, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000802537&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000802537&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 16 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.19572015>.

HIPÓLITO, Maiza Claudia V, *et al.* Qualidade de vida no trabalho: avaliação de estudos de intervenção. **Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn**, v. 70, n. 1, jan-fev 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reben/v70n1/0034-7167-reben-70-01-0189.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2015-0069>

HIDALGO, Karen D. *et al.* Health promoting practices and personal lifestyle behaviors of Brazilian health professionals. *BMC Public Health*. V. 16, oct. 2016. PMID:27776496. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27776496>>. Acesso em: 22 abr. 2020. DOI: 10.1186/s12889-016-3778-2

KLOBUKOSKI, Cristina.; HÖFELMANN, Doroteia A. Compulsão alimentar em indivíduos com excesso de peso na Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Coletiva**.v. 25, n. 4, Rio de Janeiro, 2017, DOI: 10.1590/1414-462X201700040094.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: <[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LOUREIRO, Lucrecia H. *et al.* O trabalho e a formação do agente comunitário de saúde. **Revista Praxis**, v. 9, n. 17, jun. 2017. Disponível em: <<http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/675>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia. *et al.* O trabalho do agente comunitário de saúde na perspectiva da educação popular em saúde: possibilidades e desafios. **Ciência e saúde coletiva**, v. 21, n. 5, pp.1637-1646, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232016000501637&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232016000501637&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 abri. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015215.17112015>.

MATOSA, Geraldina C. R.; SILVA, Jandira M.; SILVEIRA, Andréa M. Trabalho e saúde: a perspectiva dos agentes de combate a endemias do município de Belo Horizonte, MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 45, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000031117>

MONTEIRO, Bruno M M.; SOUZA, José C. Transtorno Compulsivo Alimentar Periódico e Cognição. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8809>.

MOROSINI, Márcia Valéria; FONSECA, Angélica Ferreira. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. Especial 1, pág. 261-274, set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0261.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s117>.

NASCIMENTO, Vagner. F. *et al.* Dificuldades Apontadas pelo Agente comunitário de saúde na realização do seu trabalho. **Saúde (Santa Maria)**, v. 43, n. 1, jan/abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/23119/0>>. Acesso em: 14 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236583423119>.

NEUHOUSER, Marian L. The importance of healthy dietary patterns in chronic disease prevention. **Nutrition Research**. Vol. 70, Jul, 2018. PMID:30077352. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30077352>. Acesso em: 07 mai. 2020. DOI: 10.1016/j.nutres.2018.06.002.

NISIHARA, Renato. *et al.* Avaliação do perfil sociodemográfico, laboral e a qualidade de vida dos agentes de saúde responsáveis pelo combate à dengue em duas cidades do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Medicina e Trabalho**. v. 16, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180248.

OLIVEIRA, Marcelo M.; CASTRO, Gisélia G.; FIGUEIREDO, Glória L. A. Agente de combate às endemias e o processo de trabalho da equipe de saúde da família. **Revista Brasileira de Promoção a Saúde**. Fortaleza, v. 29, n. 3, jul./set., 2016.

OLIVEIRA, Heluza M.; GARCIA, Juliely S. Conhecimento dos agentes comunitários de saúde da fronteira Franco-Brasileira sobre atenção básica. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 7, n. 15, p. 473-489, dez. 2019. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/242>>. Acesso em: 08 mai. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2019.v.7.n.15.242>.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Sistemas alimentares e nutrição: a experiência brasileira para enfrentar todas as formas de má nutrição**. Brasília, DF: OPAS; 2017. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/09/oms.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

PAIVA, Luis E B *et al.* Qualidade de vida no trabalho de eletricitários do estado do Ceará. **Reuna**, v.22, n.3, p.19-38, Belo Horizonte, Jul. – Set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n3p19-3>.

PENAFORTE, Fernanda.; MATTA, Nayara Cristine.; JAPUR, Camila. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. **Demetra, Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/18592>>. Acesso em 12 mai. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2016.18592>.

PESSOA, João P. M. *et al.* Controle da dengue: os consensos produzidos por Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde sobre as ações integradas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015218.05462016.

PINTO, Antonio G. A. *et al.* Vínculos subjetivos do agente comunitário de saúde no território da Estratégia Saúde da Família. **Trabalho, educação e saúde**, v. 15, n. 3, pp. 789-802, set/dez. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-77462017000300789&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462017000300789&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00071>.

PNAB, **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série E. Legislação em Saúde. Brasília – DF 2012, Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

PNAN, **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: 2013. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2020.

PONTES, Priscila V.; CORDEIRO, Amábela A. Formação de Agentes Comunitários de Saúde para promoção da alimentação adequada e saudável em Macaé, RJ. **RASBRAN - Revista da Associação Brasileira de Nutrição**. São Paulo, ano 9, n. 2, p. 69-74, jul/dez. 2018. Disponível em: < <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/851>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

POCAS, Kátia Crestine; FREITAS, Lúcia R S de; DUARTE, Elisabeth Carmen. Censo de estrutura da Atenção Primária à Saúde no Brasil (2012): estimativas de coberturas potenciais. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 2, pp. 275-284, abr/jun. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2237-96222017000200275&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2237-96222017000200275&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 21 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000200005>.

PROFIS, Maya, SIMON-TUVAL, Tzahit. The influence of healthcare workers' occupation on Health Promoting Lifestyle Profile. **Industrial Health**. v. 54, mai. 2016. PMID:27151547. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27151547>. Acesso em: 29 abr. 2020. DOI: 10.2486/indhealth.2015-0187.

RIQUINHO, Deise L. *et al.* O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde: entre a dificuldade e a potência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 163-182, jan/abr. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462018000100163&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462018000100163&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 20 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00086>.

REIS JUNIOR, Dálcio Roberto dos. **Qualidade de Vida no Trabalho: Construção e validação do questionário QWLQ-78**. Ponta Grossa: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa. Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/dissertacoes/arquivos/101/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SANTOS, Amanda. C; HOPPE, Ariane. S; KRUG Suzane. B. F. Agente Comunitário de Saúde: implicações dos custos humanos laborais na saúde do trabalhador. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-73312018000400602&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73312018000400602&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312018280403>.

SANTOS, Ioneide Silva; ARAÚJO, Giovana Fernandes. Satisfação e Insatisfação dos Agentes Comunitários de Saúde no Trabalho, no Município de Itapetinga-Bahia. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 38, 2017. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/976>>. Acesso em: 12 abri. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v11i38.976>

SANTANA, Vagner Caminhas; BURLANDY, Luciene, MATTOS; Ruben Araújo. A casa como espaço do cuidado: as práticas em saúde de Agentes Comunitários de Saúde em Montes Claros (MG). **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 159-169, jan/mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v43n120/0103-1104-sdeb-43-120-0159.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2020. DOI: 10.1590/0103-1104201912012.

SIQUEIRA, Franciele. *et al.* Excesso de peso e fatores associados entre profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 138-145, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/333739428\\_Excesso\\_de\\_peso\\_e\\_fatores\\_associados\\_entre\\_profissionais\\_de\\_saude\\_da\\_Estrategia\\_Saude\\_da\\_Familia](https://www.researchgate.net/publication/333739428_Excesso_de_peso_e_fatores_associados_entre_profissionais_de_saude_da_Estrategia_Saude_da_Familia)>. Acesso em: 08 mai. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201900020167>.

SANTANA, Leni de L. *et al.* Indicadores de saúde dos trabalhadores da área hospitalar.

**Revista Brasileira de Enfermagem-REBEn**, v. 69, n. 1, jan/fev. 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/reben/v69n1/0034-7167-reben-69-01-0030.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690104i>.

SINDE, Susana; VIANA, Victor. ESTILO ALIMENTAR: Adaptação e validação do Questionário Holandês do Comportamento Alimentar. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**, 8: 59 – 71, 2003. Disponível em: <

[https://www.researchgate.net/publication/236649218\\_ESTILO\\_ALIMENTAR\\_Adaptacao\\_e\\_validacao\\_do\\_Questionario\\_Holandes\\_do\\_Comportamento\\_Alimentar](https://www.researchgate.net/publication/236649218_ESTILO_ALIMENTAR_Adaptacao_e_validacao_do_Questionario_Holandes_do_Comportamento_Alimentar)>. Acesso em: 2 mai. 2020.

SISVAN, **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Atenção Básica. – Brasília: 2008. Disponível em:

<[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_sisvan.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_sisvan.pdf)>. Acesso: 24 abr. 2020.

SOUZA, Mariana P. *et al.* Comportamento alimentar e fatores associados em servidores:

Contribuição para a saúde coletiva. **Revista de Atenção à Saúde**. v. 18, n. 63, p. 99-109, São Caetano do Sul, jan./mar., 2020. DOI: 10.13037/ras.vol18n63.6162.

TAMBASCO, Letícia. P. *et al.* A satisfação no trabalho da equipe multiprofissional que atua na Atenção Primária à Saúde. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, pp. 140-151, jun.

2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000600140&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000600140&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017s212>.

VALE, Diôgo. *et al.* Correlação espacial entre o excesso de peso, aquisição de alimentos ultraprocessados e o desenvolvimento humano no Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, vol. 24, n. 3, pp. 983-996, 2019. Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232019000300983&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232019000300983&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 29 abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018243.35182016>.

**VIGITEL, Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.** Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigitel Brasil, 2016: Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2017\\_vigilancia\\_fatores\\_riscos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2020.

## **APÊNDICE 1- TCLE**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) senhor (a),

Você foi convidado para participar da pesquisa intitulada "AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR ASSOCIADO AO TRABALHO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS".

O estudo tem como objetivo avaliar analisar quais as influências do processo de trabalho nos atos e atitudes decisivas para as práticas alimentares dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. A sua participação consiste em preencher um questionário utilizando computador, tablet ou celular com acesso à internet. O preenchimento levará, no máximo, 10 minutos. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa ou prejuízo e não receberá nenhum pagamento pela sua participação. Você poderá interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento antes de enviá-lo. Além disso, você poderá retirar o seu consentimento de participação no estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este estudo apresenta como benefícios o delineamento do perfil dos voluntários com relação a seus hábitos e comportamentos alimentares, além da promoção da qualidade de vida no trabalho. As informações obtidas neste estudo são confidenciais e serão armazenadas sem o nome dos participantes no drive da pesquisa por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos.

As respostas serão analisadas e serão usadas apenas para fins da pesquisa e publicados (sendo os resultados favoráveis ou não) em revistas especializadas e congressos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Para esclarecimento de dúvidas ou outras considerações sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato comigo pelo contato listado no fim da página.